



## **EDITAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2024** **(Forma Eletrônica)**

O MUNICÍPIO DE MAGALHÃESBARATA torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **LICITAÇÃO** na modalidade “**CONCORRÊNCIA PÚBLICA**”, na forma **ELETRÔNICA**, sob o regime de **EMPREITADA GLOBAL**, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e pelas disposições estabelecidas neste Edital, conforme abaixo.

|                        |  |
|------------------------|--|
| Inserção de propostas: | Até dia 09/05/2024 às 10:00 horas ( <b>Horário de Brasília</b> )                           |
| Início da sessão:      | 09/05/2024   |
| Horário:               | 10:01h ( <b>Horário de Brasília</b> )  |
| Local:                 | <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> |
| Modo de Disputa:       | Aberto   |

Não sendo possível, por qualquer razão, realizar a sessão na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, a prorrogação será comunicada pelos mesmos meios utilizados anteriormente, devendo os interessados acompanhar as publicações nos diários, site do Município e plataforma eletrônica.

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Pavimentação de Vias Urbanas em Blocos Intertravados de Concreto no Município de Magalhães Barata - PA. Conforme emendar parlamentar nº 202322630005**, conforme especificações contidas no Projeto e Cronograma disponibilizados no link anexo ao presente edital.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** O valor global de referência desta contratação é **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**.

### **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

**2.2. Órgão: 08 – Sec. Municipal de Obras e Serv. Urbanos**

**2.3. Unidade Orçamentária: 10 –Sec. Mun. De Obras Serv. Urbanos - SEMOSUR**

**2.4. Atividade: 1.025 – Construção, Manut. Recuper. de Est. Vicinais, Ponte**

**2.5. Classificação econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações**

**2.6. Subelemento: 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações**

### **3. DO CREDENCIAMENTO**



**3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA**

**4.1.** Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

**4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.4.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.3.5.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**4.3.6.** Que se enquadrem nas vedações abaixo, previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021:

- a)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
- b)** empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;



- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**4.3.6.1** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

**4.3.6.2** É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

**4.4.** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**4.5** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

**4.6** Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
  - a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
  - a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

f) Que a proposta foi elaborada de forma independente;

g) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**4.7** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Marca de cada item ofertado (para aquisição de bens ou serviços especiais);



**6.1.3.** Fabricante de cada item ofertado (para aquisição de bens ou serviços especiais);

**6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso (para aquisição de bens ou serviços especiais);

**6.1.5. Para aquisição/contratação de obras ou serviços de engenharia,** a Proposta de Preços anexada com os demais documentos exigidos no edital deverá conter:

**6.1.5.1.** Proposta endereçada ao Município de Magalhães Barata em papel timbrado da empresa contendo a razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone e e-mail do Licitante, bem como o número da conta corrente, número do banco, número e nome da agência pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados na hipótese de sagrar-se vencedor desta Licitação, conforme modelo do Anexo I, relacionando ainda os seguintes itens:

**a)** Preço global em valor numérico e por extenso;

**b)** Prazo de validade da Proposta, no mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua apresentação.

**c)** Planilha Orçamentária (com BDI) e Cronograma físico financeiro;

**d)** Planilha de Composição Unitária;

**e)** Demonstração do BDI de Materiais e BDI de Serviços (encargos);

**6.1.5.2.** A PMMB analisará o cronograma físico-financeiro da licitante classificada em primeiro lugar, adequando-o, se necessário e de comum acordo com a mesma, às reais condições e necessidades de execução;

**6.1.5.3 TODAS AS PLANILHAS QUE COMPÕEM A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÃO ESTAR ASSINADAS PELO ENGENHEIRO DA EMPRESA CONTENDO: NOME COMPLETO DO ENGENHEIRO; QUALIFICAÇÃO (EX; Engenheiro Civil, Sanitarista, Eletricista) E NÚMERO DO CREA OU CAU LEGÍVEL.**

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, de depreciações, de mão de obra, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação, com exceção para obras ou serviços de engenharia, cujo prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias.

**6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no item 1.2 do Edital.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 25,00 (vinte cinco reais)**.

**7.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.10.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





**7.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

**7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.18.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

**7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**7.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**7.28.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.28.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**7.28.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.28.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**7.29.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.29.1.** empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;

**7.29.2.** empresas brasileiras;

**7.29.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.29.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**7.30.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.30.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.30.2.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.31.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.





**8.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentar desconformidade com exigências do ato convocatório (Lei 14.133/21, art. 59, I, II, V).

**8.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço inexequível (Lei 14.133/21, art. 59, III).

**8.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, devendo a exequibilidade ser demonstrada quando solicitado pela Administração (Lei 14.133/21, art. 59, IV).

**8.3.2.** *No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. (Lei 14.133/21, art. 59, § 4º)*

**8.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**8.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.7.** O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7.1.** Considerando a natureza ou grau de complexidade para obtenção do documento, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

**8.7.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta. -

**8.7.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Agente de Contratação poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

**8.7.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



**8.7.3.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.7.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

**8.7.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência. **(Não se aplica pra esse processo).**

**8.7.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento. **(Não se aplica pra esse processo).**

**8.7.3.6.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento. **(Não se aplica pra esse processo).**

**8.7.3.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.8.** A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

**8.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.10.** Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.11.** O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.11.1.** Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.12.** Nos itens/lotos não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL

**End: Rua Lauro Sodré, s/n – Centro – CEP: 68.722-000 – Magalhães Barata-PA**



DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

**9.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>)

**9.1.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.4.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.1.4.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.1.4.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**9.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.1.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

**9.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**9.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**9.3.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.



**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de inabilitação.

**9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for afilial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.7.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.8.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.8.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.8.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.8.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**



**9.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**9.9.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.9.3.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.9.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.9.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa. Juntamente com Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho, conforme artigo 103, parágrafo 2º, da Portaria MTE nº 667/2021 ;

**9.9.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta ou Positiva com Efeitos de Negativa junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**9.9.7.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

#### **9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**9.10.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**9.10.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**9.10.3.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (Lei 14.133/21, artigo 69, inciso I)

**9.10.3.1.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade (Lei 14.133/21, artigo 65, § 1º);

**9.10.3.2.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

**9.10.3.3.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



**9.10.4.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,0 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

**9.10.5.** As empresas que apresentarem resultado inferior a 1,0 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item/lote pertinente.

## **9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **9.11.1. Capacidade técnico-operacional:**

- a) Registro ou Inscrição da licitante no Conselho competente da região da sede da empresa;
- b) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

### **9.11.2. Capacidade técnico-profissional:**

- a) apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;
- a.1) Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante, podendo o vínculo ser comprovado através de: cópia da Carteira de Trabalho (para funcionário), cópia do Contrato Social ou da Ata da Assembleia que o constituiu dirigente da empresa (para sócio-proprietário/diretor) ou contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum (para contratado).

## **9.12. DECLARAÇÕES**

**9.12.1** Além das declarações assinaladas em campo próprio por ocasião do cadastramento dos documentos, as licitantes deverão apresentar ainda as seguintes declarações juntamente com os documentos de habilitação:

**A)** Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação **OU** Atestado de Vistoria Técnica, nos termos do art. 63, § 2º da Lei 14.133/21, devendo ser agendada com a Coordenadoria de Engenharia (obras/serviços de engenharia) ou Secretaria demandante (outros serviços) nos telefones 065 3241-3090/1012. (modelo no Anexo II)

**B)** Declaração de atendimento à Lei 12.708/2012 (modelo no Anexo III)





**C)** Declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional (em atendimento à Recomendação Orientativa Conjunta n. 01/2023-TCE-MPC-MT e Decreto Municipal n. 4.442/2023, artigo 61). (modelo no Anexo IV)

**9.13.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.14.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda atodas as demais exigências do edital.

**9.15.** A certidão de regularidade fiscal/trabalhista emitida por meio eletrônico não apresentada ou apresentada com prazo de validade expirado por **quaisquer licitantes** ensejará verificação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos a respectivacertidão;

**9.16.** No caso de licitante enquadrada como ME/EPP/MEI, caso a diligência seja infrutífera, persistindo a irregularidade junto ao Fisco, o Pregoeiro concederá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração de vencedor, para apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa pela referida licitante.

**9.17.** O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante enquadrada, mediante apresentação de justificativa.

**9.18.** A não regularização no prazo previsto no item 9.16 acarretará a inabilitação da licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.19.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.20.** A Licitante deverá apresentar os docuemtnos constantes nos itens 9.9.2, 9.9.5, 9.9.6 e 9.9.7, também em nome de todos seus sócios ou proprietário.

**9.21.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.22.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.23.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro)a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.1.1.1.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de



pagamento.

**10.1.1.2. No caso de obras ou serviços de Engenharia** deverão ser readequados os documentos apresentados na Cláusula **6.1.5.1**, alíneas a) até e).

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** Declarado o vencedor deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

**11.1.1** No caso de ser declarada vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja irregular perante o Fisco, restando infrutífera a diligência do Agente para obtenção da referida certidão, será concedido prazo legal para regularização.

**11.1.2** Decorrida a fase de regularização e retomada a sessão, iniciará o prazo para manifestação de intenção de recurso.

**11.1.3** Não sendo apresentada a certidão de regularidade fiscal no prazo legal, a microempresa ou empresa de pequeno porte será declarada inabilitada, convocando-se a próxima classificada.

**11.2.** Manifestada expressamente a intenção de recurso de forma motivada, o recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constanteneste Edital, podendo ser encaminhados por meio digital os documentos que forem requeridos por escrito.



## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1.** Para aquisição/contratação de obras e serviços de engenharia, a licitante vencedora prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das modalidades abaixo:

- a) Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública;
- b) Fiança Bancária, apresentando Carta de Fiança Bancária emitida por Banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- c) Seguro-garantia, mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome do Município de Magalhães Barata/MT cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

**14.2.** A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site:  
<https://www2.susep.gov.br/safe/numeromercado/regapolices/pesquisa.asp>.

**14.3.** O Município restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento

**14.4.** Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com o Município, nos termos da legislação vigente.

**14.5.** Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação,



retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

**14.6.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

**14.7.** A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

**14.8.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

**14.9.** A Ordem de Serviço somente será emitida após a apresentação de uma das modalidades de garantia acima previstas, no prazo mencionado no contrato, sujeitando-se a Contratada às penalidades previstas nos artigos 155 e 162 da Lei 14133/21 no caso de descumprimento.

## **15. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente.

**15.2.** O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Carta Contrato/Pedido de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

**15.3.** O Aceite do Pedido de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implicano reconhecimento de que:

**15.3.1.** O referido Pedido está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**15.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência ou no Cronograma Físico-Financeiro, no caso de obras ou serviços de Engenharia.

**15.5.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



**15.6.** O Contrato a ser celebrado com a vencedora observará rigorosamente as condições estabelecidas neste Edital, resguardadas as disposições regulamentares do Termo Contrato Padrão da PMMB, que se encontra no Anexo V deste Edital. As disposições deste Edital, inclusive de seus anexos, bem como a proposta do Licitante adjudicatário, farão parte integrante e complementar do contrato, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição.

**15.7.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

**16.1.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do Contrato.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Minuta do Contrato.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do Contrato.

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do Contrato.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

**20.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

**20.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**20.1.3.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**20.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**20.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**20.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**20.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**20.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- 20.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- 20.1.11.** Praticar atos classificados como fraudulentos ou corruptos, iniciar ou participar de práticas concertadas, coercitivas ou obstrutivas.
- 20.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito;
  - b) Multa;
  - c) Impedimento de licitar e contratar;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 20.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 20.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 20.6.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:**
- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
  - b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
  - c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
  - d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
  - e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes de órgão conveniente ou instituição financiadora, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima (atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o órgão conveniente ou instituição financiadora promover inspeção).





## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**21.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoapoderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**21.2.** A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**21.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**21.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**21.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**21.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

**21.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**21.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

**22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.11.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.13.** O Município de Magalhães Barata poderá revogar esta Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**22.13.1** A anulação da Concorrência induz à do contrato.

**22.13.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**22.14.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação, com exceção de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública.

**22.15.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e também no site eletrônico E-mail: [pmmb.cpl2022@gmail.com](mailto:pmmb.cpl2022@gmail.com), [Portal dos Jurisdicionados do TCM-PA/GEObras](#) (Portal Transparência).

**22.16.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

**ANEXO II** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

**ANEXO III** - DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DESTA LICITAÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MAGALHÃES BARATA**

**Comissão  
Permanente de  
Licitação**



**ANEXO IV** - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 12.708/2012

**ANEXO V** – MINUTA DO CONTRATO;

**ANEXO VI** – PROJETOS, CRONOGRAMA, PLANILHA E DEMAIS DOCUMENTOS.

Magalhães Barata, 18 de abril de 2024.

RAFAEL  
THEOCHAROPOULOS  
CORREA:00398412278

Assinado de forma digital por  
RAFAEL THEOCHAROPOULOS  
CORREA:00398412278

**Rafael Theocharopoulos Corrêa**  
**Agente de Contratação**  
Port. 004/2024-PMMB



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MAGALHÃES BARATA**

**Comissão  
Permanente de  
Licitação**



ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00/2024

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

|                                       |           |       |                              |         |                    |                 |
|---------------------------------------|-----------|-------|------------------------------|---------|--------------------|-----------------|
| NOME DE FANTASIA:                     |           |       |                              |         |                    |                 |
| RAZÃO SOCIAL:                         |           |       |                              |         |                    |                 |
| CNPJ:                                 |           |       |                              |         |                    |                 |
| INSC. EST.:                           |           |       |                              |         |                    |                 |
| OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( ) |           |       |                              |         |                    |                 |
| ENDEREÇO:                             |           |       |                              |         |                    |                 |
| BAIRRO:                               |           |       | CIDADE:                      |         |                    |                 |
| CEP:                                  |           |       | E-MAIL:                      |         |                    |                 |
| TELEFONE:                             |           |       | WHATSAPP:                    |         |                    |                 |
| CONTATO DA LICITANTE:                 |           |       | CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE: |         |                    |                 |
| BANCO DA LICITANTE:                   |           |       |                              |         |                    |                 |
| Nº DA AGÊNCIA:                        |           |       |                              |         |                    |                 |
| ITENS                                 | DESCRIÇÃO | MARCA | QUANT.                       | UNIDADE | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
| 1.                                    |           | /     | /                            | /       |                    |                 |
| TOTAL POR EXTENSO:                    |           |       |                              |         |                    |                 |

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR OFERTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS, BEM COMO TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, GASTOS COM TRANSPORTE/HOSPEDAGEM/ALIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS/PREPOSTOS DA EMPRESA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAIS E PRODUTOS.
- 2 A VALIDADE DA PROPOSTA É DE: 120 (CENTO E VINTE) DIAS. (obras)
- 3 O PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA/NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO/NA MINUTA DE CONTRATO, ANEXOS AO EDITAL DO CERTAME.
- 4 A PROPONENTE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

LOCAL E DATA,.....

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS 1.** SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

**OBS 2.** NO CASO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ANEXAR AO PRESENTE MODELO DE PROPOSTA: PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO UNITÁRIA, BDI DE SERVIÇOS E MATERIAIS** E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO COM TIMBRE DA EMPRESA, ASSINADOS PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO COM QUALIFICAÇÃO E NÚMERO DO CREA OU CAU.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MAGALHÃES BARATA**

**Comissão  
Permanente de  
Licitação**



ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores,

A (licitante)....., por seu representante legal, infra-assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos em relativo a habilitação para a sua participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, assim como, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências.

....., ..... de ..... de 2024.

**(Nome e assinatura do Responsável Legal da empresa)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MAGALHÃES BARATA**

**Comissão  
Permanente de  
Licitação**



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS  
PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

Declaramos, para fins de participação na Concorrência Pública \_\_\_\_/2024 que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_ (cargo/função que desempenha na empresa), CPF \_\_\_\_\_, tomou conhecimento de todas as informações e principalmente, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, ciente de que não caberá qualquer alegação posterior de dificuldades ou quaisquer outros impedimentos para execução completa da obra/serviço.

Local, .... de.....2024.

\_\_\_\_\_(Representante)





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MAGALHÃES BARATA**

**Comissão  
Permanente de  
Licitação**



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 12.708/2012

A empresa ....., CNPJ ....., localizada em ..... DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no subitem 3.8.1, alínea "c", sendo de inteira responsabilidade do Contratado a fiscalização dessa vedação (Art. 20, XII, Lei 12.708/2012) .

Local, data.....

\_\_\_\_\_(Representante)

Alínea (c) - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria e assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas na LDO, comprovadas pelo Proponente.



ANEXO V  
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.\_\_\_\_\_/2024

**Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Pavimentação de Vias Urbanas em Blocos Intertravados de Concreto no Município de Magalhães Barata - PA. Conforme emendar parlamentar nº 202322630005 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE MAGALHÃES BARATA E A EMPRESA....., CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ESTABELECIDAS.**

O Município de **MAGALHÃES BARATA**, Estado do Pará, inscrito no CNPJ sob o n. 05.171.947/0001-89, com sede administrativa na Rua Dr. Lauro Sodré, s/n, Centro, na cidade de Magalhães Barata - PA, denominado de **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Prefeita **MARLENE DA SILVA BORGES**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Vila Cafezal, Zona Rural, S/n, Magalhães Barata - PA, CEP 68.722-000 - MAGALHÃES BARATA/PA, portador do CPF nº 128.295.442-34 e a empresa ..... inscrita no CNPJ sob nº. ...., estabelecida na Rua ....., Bairro, na cidade de ....., denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato por seu **(sócio-proprietário ou representante legal)**....., portador da Cédula de Identidade nº e inscrito no CPF sob nº, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** O objeto do presente Contrato é a execução de **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Pavimentação de Vias Urbanas em Blocos Intertravados de Concreto no Município de Magalhães Barata - PA. Conforme emendar parlamentar nº 202322630005**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos Projetos, anexo(s) do Edital.

**1.2.** Este Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência Pública n. ..../2024 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

**2.1.** O prazo de vigência deste Contrato é de **00 (.....) dias OU meses**, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

**3.1.** O valor do presente Contrato é de **R\$ ..... (.....)**.

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria na classificação abaixo:

**4.2.** Órgão: 08 – Sec. Municipal de Obras e Serv. Urbanos

**4.3.** Unidade Orçamentária: 10 –Sec. Mun. De Obras Serv. Urbanos - SEMOSUR

**4.4.** Atividade: 1.025 – Construção, Manut. Recuper. de Est. Vicinais, Ponte

**4.5.** Classificação econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

**4.6.** Subelemento: 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**5.1** Os pagamentos serão efetuados dentro de até 05 (cinco) dias úteis a contar da entrada das notas fiscais na Secretaria Municipal de Fazenda, de acordo com as entregas ou medições inerentes à evolução da obra/serviço, em conformidade com o cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro.

**5.1.1** O primeiro pagamento fica condicionado à apresentação pela licitante vencedora da ART de execução da obra e da comprovação do recolhimento da caução especificada na Clausula Oitava do Contrato, bem como à apresentação de ART de Fiscalização emitido pelo profissional nomeado pelo Município.

**5.2** Os pagamentos serão sempre efetuados após as medições inerentes à evolução da obra e a fiscalização do responsável designado pelo Município, através de transferência bancária, para crédito em conta de titularidade da contratada.

**5.3** O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação pela contratada de que mantém as mesmas condições exigidas para a habilitação com a apresentação de certidões negativas de regularidade fiscal e trabalhista ao fiscal, juntamente com a nota fiscal apresentada.

**5.4** O último pagamento fica vinculado à fiscalização pelo responsável técnico do Município, constatando que a obra foi executada em conformidade com as especificações do projeto, do Edital e seus anexos.

**5.5** Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice \*\*\* do mês anterior ao pagamento da parcela.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

**6.1.** O valor inicialmente contratado é fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**6.2.** O orçamento estimado pela Administração baseou-se na planilha referencial elaborada pela Coordenadoria de Engenharia na data de SETEMBRO/2023 .

**6.3.** Após o intervalo de um ano e desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \*\*\*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**6.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.6.** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**6.7.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.10.** O reajuste será realizado por simples apostila, nos termos do artigo 136, II da Lei 14.133/21.

**6.11.** O prazo para resposta ao pedido efetuado pelo Contratado para o reajuste de preços será de 03 (três) dias úteis.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1** Para garantia de execução plena da obra contratada, o licitante declarado vencedor deverá apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda, NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, comprovante de recolhimento de caução, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, numa das modalidades previstas abaixo:

- a) Caução em Dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. Os títulos a serem utilizados como caução devem estar comprovadamente com seu prazo de vigência válido.
- b) Seguro - Garantia;
- c) Fiança Bancária.

**7.2** A caução de garantia da execução do contrato ficará retida durante todo o prazo de execução das obras/serviços e só será devolvida quando da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO. A caução efetuada em moeda corrente será restituída pelo valor do saldo da conta bancária. Na caução feita em títulos de dívida pública federal a restituição far-se-á mediante devolução dos títulos caucionados, de uma só vez. Acaução realizada em fiança bancária será devolvida na forma de praxe.

**7.3** Na hipótese de vir a ocorrer alteração do valor contratual, por repactuação e/ou aditamento, ou ainda, prorrogação do prazo do contrato, a caução inicialmente prestada, sob a modalidade de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, deverá ser complementada periodicamente, sendo aplicado o percentual previsto na cláusula 7.1.



**7.4** A Ordem de Serviço somente será emitida após a apresentação de uma das modalidades de caução acima previstas, no prazo mencionado, sujeitando-se a licitante vencedora às penalidades previstas nos artigos 155 e 162 da Lei 14.133/21 no caso de descumprimento.

**7.5** Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de utilizar o valor da Caução prestada para o pagamento de encargos sociais relativos ao INSS, FGTS, horas extraordinárias e qualquer regime de remuneração devida ao pessoal utilizado nas obras/serviços, que porventura não tenham sido feitos pela CONTRATADA na época devida, bem como de se valer da mesma Caução de Garantia para o pagamento a fornecedores de materiais e para correção de defeitos ou imperfeições constatadas pela fiscalização e não atendidas pela CONTRATADA no prazo estabelecido no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**8.1** Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra/serviço, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico no prazo de até 10 (dez) dias a partir da comunicação da CONTRATADA referente à conclusão da execução do objeto, notificando-a das incorreções encontradas, quando necessário;
- b) definitivamente, pelo mesmo servidor, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

## **9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

**9.1.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada por profissional habilitado, nomeado pela autoridade competente.

**9.2.** O contrato será fiscalizado pelo servidor ....., CPF n....., nomeado por Portaria expedida pela Administração.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**10.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Emitir a ordem de fornecimento para início da execução do objeto.
- b) Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21, a execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula Quinta do CONTRATO.
- d) Receber a obra/serviço em caráter provisório, apontando no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, quando for o caso, os defeitos ou imperfeições passíveis de correção que forem constatados pela fiscalização através do Engenheiro responsável, estabelecendo prazo para sua correção.
- e) Receber a obra/serviço em caráter definitivo, depois de constatar a correção das imperfeições detectadas,



quando for o caso.

**10.2** São obrigações da CONTRATADA:

- a) Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários decorrentes de modificações de quantitativos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual.
- b) Comunicar ao CONTRATANTE por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivos supervenientes.
- c) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação.
- d) Responsabilizar-se diretamente pela indenização, das perdas e danos, e qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE ou terceiros, por ação ou omissão sua, de seus prepostos, na execução dos serviços contratados, obrigando-se a assumir a condição de litisconsorte passiva quando denunciada à lide em ação judicial específica.
- e) Manter obrigatoriamente durante o prazo de execução do contrato, compatibilidade com as responsabilidades por si assumidas com relação às condições exigidas na licitação.
- f) Responsabilizar-se integralmente pela execução da obra nos termos do Código Civil Brasileiro e pelo fiel cumprimento do Contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, sendo que a presença da fiscalização do CONTRATANTE não exclui essa responsabilidade.
- g) Manter a guarda da obra até o seu recebimento definitivo.
- h) Manter a ordem e a disciplina no local das obras e utilizar, na execução do projeto, pessoal que não terá com o CONTRATANTE qualquer vinculação, os quais deverão ter idoneidade moral e habilitação técnica condizente com os serviços que deverão executar.
- i) Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeição técnica das obras/serviços, inclusive quanto à qualidade, quantidade, acabamento, e processo de aplicação do material a empregar, bem como pela reexecução dos serviços que não forem aceitos pela fiscalização do CONTRATANTE, em decorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, não cabendo, nestes casos, ônus de qualquer espécie para o CONTRATANTE ou dilatação dos prazos de execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** A CONTRATADA, em razão de inadimplência inclusive as referentes ao retardamento na execução da obra/serviço, salvo se ensejadas por motivo de força maior, caso fortuito, ato da administração e ou sujeição imprevista, devidamente justificados, submeter-se-á às sanções indicadas na Lei 14.133/21, Título IV, Capítulo I.

**11.2** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às seguintes penalidades: perda imediata da garantia de proposta em favor do CONTRATANTE; multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor atualizado do contrato, bem como a aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo período de até 03 (três) anos, na forma da Lei n. 14.133/21, prevista no art. 156, § 4º.

**11.3** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato,





sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei.

**11.4** O descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato facultará à parte prejudicada a sua rescisão, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA pela indenização por perdas e danos, ou, a critério do CONTRATANTE, pela multa compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor global do contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizados.

**11.5** As multas previstas no Contrato poderão ser pagas espontaneamente, compensadas com os pagamentos devidos à CONTRATADA, ou, ainda, cobradas executivamente.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO**

**12.1.** O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

**12.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**12.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

**12.4.** O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

**13.1.** É VEDADO À CONTRATADA:

**13.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**13.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões



que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** É eleito o Foro da Comarca de Magalhães Barata para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Magalhães Barata, 000 de ..... de 2024.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA  
Marlene da Silva Borges – Prefeita

\_\_\_\_\_  
(NOME DA EMPRESA)  
(Representante)

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MAGALHÃES BARATA**

**Comissão  
Permanente de  
Licitação**



ANEXO VI

PROJETOS, CRONOGRAMA, PLANILHA E DEMAIS DOCUMENTOS – COORDENADORIA DE ENGENHARIA

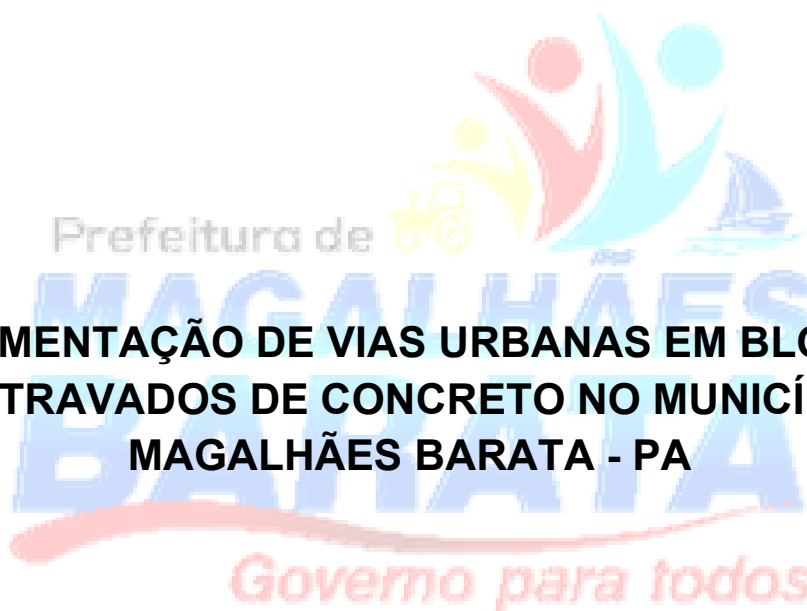


ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS



## MEMORIAL DESCRITIVO

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS  
INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE  
MAGALHÃES BARATA - PA



MAGALHÃES BARATA - PA  
2023

End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000  
CNPJ. 05.171.947/0001-89  
E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**



**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**

**OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA – PA.**

**ENDEREÇO/BAIRROS: CENTRO**

**LOCAL: MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA– PARÁ**

## **1. APRESENTAÇÃO**

Magalhães Barata é um município brasileiro do Estado do Pará, pertencente à Zona Fisiográfica do Salgado e abrange uma área de 323,984 km², na região nordeste. Localiza-se no norte brasileiro com coordenadas geográficas: latitude 00°47'38" Sul e longitude 47°35'55" Oeste, estando a uma altitude de 50 metros. Possui cerca de 8.115 habitantes.

Apresenta 48,6 % de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 65,3 % de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado a outros municípios do Estado, fica na posição 5 de 144, 22 de 144 e 15 de 144, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2300 de 5570, 3385 de 5570 e 2786 de 5570, respectivamente.

A proposta visa melhorar a trafegabilidade e escoamento da produção agrícola dessa região, aumentando a lucratividade e a qualidade de vida das famílias moradoras da região e que dependem da atividade rural para viver.

O memorial descritivo, como parte integrante do projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto básico e suas particularidades.

Constam do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto básico, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constam também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

**End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000**  
**CNPJ. 05.171.947/0001-89**  
**E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**



**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**

A memória aqui prescritos visam fornecer subsídios capazes de garantir uma execução economicamente viável, dentro dos padrões técnicos adotados pela Prefeitura do Município, de acordo com as normas aplicadas a execução de estradas vicinais. Devendo ser aplicada apenas em relação aos serviços previstos na planilha de quantitativos e custos, peça componente do projeto básico, quando da execução da obra.

Tem por meta o presente projeto viabilizar o fluxo na região, bem como, interligações viárias, que possibilita a integração local, como recuperação, sob a coordenação da Prefeitura.

## **2. DESCRIÇÃO DA OBRA**

Conforme as diretrizes básicas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, no contexto das ações está prevista a implantação de obras de infraestrutura, tal como, no caso, o Objeto “ **PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA.**”, visando à melhoria das condições socioeconômicas dos assentados.

Com a execução da Pavimentação com blocos intertravados nas vias do centro da cidade, espera-se obter a infraestrutura adequada, promovendo uma malha viária que possa permitir efetivamente o acesso, ao transporte escolar e o escoamento da produção, proporcionando melhor condição de vida a população e elevação do nível socioeconômico ao meio rural.

A Obra de Pavimentação com Blocos intertravados compreende com Serviços de execução do Revestimento primário com execução de Base com material de jazida, Drenagem com execução de guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, execução do pavimento intertravado, com bloco sextavado de 25x25

com Placas.

Para auxílio a execução correta da Obra foram elaborados Projetos e Especificação Técnica para consulta e condução ao longo da execução. Devem ser tomados como referencia em toda e qualquer circunstancia durante a execução do Objeto.

Os trechos contemplados neste objeto possuem coordenadas geográficas

**End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000**  
**CNPJ. 05.171.947/0001-89**  
**E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**



**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**

correspondentes abaixo:

| MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA |            |               |             |             |                |
|-------------------------------|------------|---------------|-------------|-------------|----------------|
| Dimensões                     |            |               |             |             |                |
| Vias                          |            | Comprimento   |             | Largura Via | Área           |
|                               | Estacas +m | m             | km          | m           | m <sup>2</sup> |
| Pavimentação de Vias          | 26+10,37   | 530,37        | 0,53        | 6,00        | 3.182,22       |
| <b>TOTAL</b>                  |            | <b>530,37</b> | <b>0,53</b> | -           | 3.182,22       |

Cada estaca deve ser implementada a cada 20 (vinte) metros de distância uma da outra, sendo assim uma extensão total de 530,37 metros e 6,00 metros de largura, tendo uma área total de 3.182,22 m<sup>2</sup>.

Ao ser concluída, a obra deverá apresentar as características especificadas abaixo:

- a) Largura da Vicinal: 6,00m;
- b) Espessura de revestimento primário: 0,10 m;
- c) Sinalização viária vertical ao longo do percurso demarcado em projeto;

## **2.1. INSPEÇÃO INICIAL**

Considerando que os eixos estradais já foram definidos por ocasião da demarcação topográfica, o início dos serviços dar-se-á com uma inspeção exploratória inicial, por meio terrestre, por uma equipe técnica habilitada, oportunidade em que será procedida a aviventação dos eixos, para uma avaliação do perfil do terreno natural.

Nenhum serviço de desmatamento, destocamento, limpeza e de limpeza lateral será iniciado sem a expressa autorização da fiscalização.

Deve ser conferido áreas de limpeza de camada vegetal e desmatamento necessário na largura prevista em projeto em toda a extensão das Vicinais.

## **2.2. MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

Devido à necessidade de equipamentos de grande porte para a execução dos serviços, deverá ser executada a mobilização de equipamentos até a vicinal. O local

**End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000**

**CNPJ. 05.171.947/0001-89**

**E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com**





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**



**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**

mais próximo do canteiro de obras a disponibilizar esses equipamentos é o município de Igarapé-Açu, localizado na mesorregião metropolitana de Belém, no estado do Pará, a 40,1 km do município de Magalhães Barata/PA.

Serão utilizados cavalos mecânicos com Reboque para a mobilização dos seguintes equipamentos:

- Pá carregadeira sobre rodas, potência líquida 128 HP, capacidade 1,7 a 2,8 m<sup>3</sup>;
- Trator de esteiras, potência 100 HP, peso operacional 9,4 T, com lâmina 2,19 m<sup>3</sup>;
- Motoniveladora, potência básica líquida 125 HP, peso bruto 13032 Kg, Largura da lâmina de 3,7 m;
- Rolo compactador de pneus estático, pressão variável, potência 111 HP, peso sem/com lastro 9,5 / 26 T, largura de trabalho 1,90 m;
- Caminhão basculante 14 m<sup>3</sup>, com cavalo mecânico de capacidade máxima de tração combinado de 36000 kg, potência 286 CV, inclusive semireboque com caçamba metálica;

### **2.3. REVESTIMENTO PRIMÁRIO**

Considerando os seguintes parâmetros: pista de rolamento terá largura de 6,00m e espessura do revestimento de 0,10 m, temos os seguintes volumes:

- Volume de material escavado = 318,22 m<sup>3</sup>;
- Volume material compactado = 318,22 m<sup>3</sup>;
- Localização das jazidas de material laterítico: Para este projeto a DTM (Distância Média de Transporte) é de aproximadamente 4,0 Km.

### **2.4. TRANSPORTE DO MATERIAL DE REVESTIMENTO**

O momento de transporte é derivado do produto do volume de material de revestimento escavado pela DTM, pelo peso específico e pela taxa de empolamento, a qual foi considerada igual a 25,00 %.

- Momento de transporte = 1.591,10 t x km;  
End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000  
CNPJ. 05.171.947/0001-89  
E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



## **2.5. GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA**

Execução do alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha. Regularização do solo natural e execução da base de assentamento em areia. Execução das guias e sarjetas com máquina extrusora. Execução das juntas de dilatação. Acabamento e molhamento da superfície durante o período de cura do concreto.

## **3. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA**

O prazo de execução da obra será de 180 dias, de acordo com o Cronograma Físico Financeiro.

## **4. VALOR DA OBRA**

O valor previsto para execução da presente obra é de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), de acordo com a tabela oficial de preços de insumos e serviços em vigência no mês de junho de 2023, baseados nas composições e insumos do SINAPI, sendo o BDI estabelecido em 29,80 % com desoneração, conforme composição apresentada neste Objeto.

Magalhães Barata, 17 de Novembro de 2023.

ANA  
PRISCILA  
DE  
ALMEIDA  
AMIN:775  
70235215

Assinado de  
forma  
digital por  
ANA  
PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570  
235215



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS



## ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS  
INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE  
MAGALHÃES BARATA - PA

*Governo para todos*

MAGALHÃES BARATA - PA  
2023



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



### **GENERALIDADES**

A presente especificação técnica tem por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento das obras e serviços relativos à obra de **PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA – PA** no Município de Magalhães Barata.

Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com estas Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projeto Básico anexo.

Todos os itens da planilha orçamentária dizem respeito, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, a fornecimento de material e mão de obra, por parte da CONTRATADA.

Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

#### **Documentação para início da obra**

São de responsabilidade da contratada quaisquer despesas referentes à regularização para o início da obra tais como:

- Cadastro junto à Prefeitura Municipal local (ISS);
- Alvará de construção de Obra;

-ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e ou RRT ( Registro de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços contratados, com a respectiva taxa recolhida;

#### **Obrigações da Contratada**

- **Quanto aos materiais**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



Realizar a devida programação de compra de materiais, de forma a concluir a obra no prazo fixado;

Observar rigorosamente os prazos de validade dos materiais, pois será recusado pela Fiscalização qualquer tipo de material que se encontre com o prazo de validade vencido;

Todo e qualquer material de construção que entrar no canteiro de obras deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização. Aquele que for impugnado deverá ser retirado do canteiro, no prazo definido pela Fiscalização.

Submeter à Fiscalização, sem ônus, amostras dos materiais e acabamentos a serem utilizados na obra.

- **Quanto à mão-de-obra**

Contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados, que assegure progresso satisfatório às obras.

É de responsabilidade da contratada o fornecimento de equipamentos de segurança aos seus empregados tais como: cintos, capacetes, etc., devendo ser obedecidas todas as normas de prevenção de acidentes;

- **Quanto aos equipamentos e ferramentas de trabalho**

É de responsabilidade da contratada os gastos com aquisição de ferramentas, máquinas, equipamentos necessários na execução da reforma.

- **Quanto à administração da obra**

Manter um engenheiro civil ou arquiteto residente na obra, com carga horária mínima equivalente a um turno fixo, por semana;

Manter em dia pagamentos de faturas de água e energia elétrica.

- **Quanto ao prazo de garantia das construções**

De acordo com o art. 618 do Código Civil, o construtor responde pela solidez e segurança da obra pelo prazo de cinco anos:

➤ Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Deve-se ressaltar que esse prazo de cinco anos refere-se ao prazo de garantia da construção e não a prazo de decadência ou de prescrição.

- **Segurança e saúde do trabalho**

A Contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempregados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores;

Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual estabelecidos na NR-18 e demais Normas de Segurança do Trabalho. Os equipamentos mínimos obrigatórios serão:

- Equipamentos para proteção da cabeça
- Equipamentos para Proteção Auditiva
- Equipamentos para Proteção dos membros superiores e inferiores.

A inobservância das Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Saúde do Trabalho terá como penalidade advertência por escrito e multa.

- **Diário de Obra**

Deverá ser mantido no canteiro um Diário de Obra, desde a data de início dos serviços, para que sejam registrados pela CONTRATADA e, a cada vistoria, pela Fiscalização, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da mesma.

- **Limpeza da obra**

O local da obra, assim como seus entornos e passeio, deverá ser mantido limpo e desobstruído de entulhos, durante e após a realização dos trabalhos.

- **Locação de Instalações e Equipamentos**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



A CONTRATADA procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes do projeto com as reais condições encontradas no local.

Havendo discrepâncias, que não possam ser sanadas na obra, ou modificações significativas ocorridas após a conclusão e o recebimento do projeto, a ocorrência será comunicada à Fiscalização, que decidirá a respeito.

- **Especificações de materiais e serviços**

O fornecimento de materiais, bem como a execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao constante nos documentos:

- Normas da ABNT;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Normas internacionais consagradas, na falta das citadas;
- Estas especificações e desenhos do projeto.

Os materiais ou equipamentos especificados admitem equivalentes em função e qualidade. O uso destes produtos será previamente aprovado pela CONTRATANTE.

A existência de FISCALIZAÇÃO, de modo algum, diminui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeição da execução de qualquer serviço.

Ficará a critério da FISCALIZAÇÃO recusar qualquer serviço executado que não satisfaça às condições contratuais, às especificações e ao bom padrão de acabamento.

A CONTRATADA ficará obrigada a refazer os trabalhos recusados pela FISCALIZAÇÃO.

Caberá à CONTRATADA manter o DIÁRIO DE OBRAS, no qual se farão todos os registros relativos a pessoal, materiais retirados e adquiridos, andamento dos serviços e demais ocorrências.

Caberá à CONTRATADA a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho, bem como danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e a terceiros.

Todas as medidas serão conferidas no local.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



A quantificação é da responsabilidade das empresas LICITANTES que serão obrigadas a contemplar todos os itens constantes do projeto.

Todos os materiais serão novos, comprovadamente de primeira qualidade.

- **Quanto ao andamento dos trabalhos**

Para fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a CONTRATADA deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obriga-se a prestar toda assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais;

À CONTRATADA caberá a execução das instalações provisórias de água, luz, força, esgoto, etc., bem como o transporte dentro e fora do canteiro de obras;

Além do previsto em itens anteriores, caberá à CONTRATADA proceder à instalação do canteiro de obras dentro das normas gerais de construção com previsão de baias para depósito de agregados, almoxarifado, escritório e, em relação às condições de Medicina e Segurança do Trabalho, dotá-lo de alojamento e instalações sanitárias para operários e fiscalização.

Além da placa da CONTRATADA exigida pelo CREA, deverá ser colocada em local visível, quando da instalação do canteiro de obras, placa conforme modelo fornecido pelo Setor de Engenharia da CONCEDENTE.

- **Do prazo de execução**

O prazo para execução dos serviços em é de 180 dias corridos, a contar da data de recebimento da ordem de serviço.

- **Considerações Preliminares**

Os serviços não aprovados ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da CONTRATADA; os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos do canteiro de obras dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal;

As obras serão contratadas pela PREFEITURA, através da Comissão Permanente de Licitação, sendo o Setor de Engenharia responsável pela sua



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



fiscalização. Cabe à FISCALIZAÇÃO a verificação do andamento da obra de acordo com o cronograma físico-financeiro, elaborando as medições e faturas referentes aos serviços executados no período em questão para seu respectivo pagamento;

O responsável pela fiscalização respeitará rigorosamente o projeto e suas especificações, sendo o Setor de Engenharia previamente consultado para toda e qualquer modificação.

***Obs.:** Os serviços abaixo são referentes apenas aos serviços constantes na planilha.*

## **1. SERVIÇOS PRELIMINARES**

### **1.1. PLACA DE OBRA EM LONA**

Deverá ser afixada a placa identificadora de obra no modelo padrão da CONCEDENTE (3,00 x 2,00 metros), preferencialmente nos limites dos trechos das vias, de maneira a não interromper o trânsito de operários, materiais e equipamentos.

#### **Critério de Medição e Pagamento**

A medição será em metro quadrado (m<sup>2</sup>) de serviço executado.

### **1.2. LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO**

Itens e suas características

- Teodolito eletrônico;
- Barra de aço CA-50 6,3mm;
- Tinta acrílica;

#### **Execução**

Verifica-se um ponto topográfico conhecido (ponto definido no terreno, na via pública ou parede de construção vizinha);

Com o auxílio do teodolito, instalam-se os pontos de referência através da fixação de barras de aço no solo;

Em seguida é feita a pintura da barra de aço que ficou acima do solo para facilitar a visualização do ponto pela equipe de locação. Tal marcação serve de referência planialtimétrica para outras operações de locação da obra.

#### **Critério de Medição e Pagamento**

A medição será em metro (m) de serviço executado.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



## **2. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA**

### **2.1. ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LAMINA: 8,70 M³) (JAZIDA)**

Este serviço consiste na escavação de camada de 10cm na Jazida para ser colocado na via.

A localização dos destinos das jazidas estão identificados em projeto de Localização. A localização pode ser alterada desde que aprovada pela fiscalização e desde que não influencie na qualidade do material.

#### **Critério de Medição e Pagamento**

A medição será em metro cúbico (m³) de serviço executado.

### **2.2. TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: T X KM) (DA JAZIDA ATÉ A OBRA)**

#### **Itens e suas características**

- Equipamento: caminhão basculante 14 m³, trancado cabine simples, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 36.000 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 286 CV inclusive caçamba metálica;

- Motorista de basculante

#### **Equipamentos:**

- Caminhão basculante 10 M³, trancado cabine simples, peso bruto total 23000kg, carga útil máxima 36.000 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 286 CV inclusive caçamba metálica.

#### **Critério para quantificação dos serviços:**

- Momento de transporte do material, sendo o peso do material transportado multiplicado pela distância média de transporte (DMT), em vias urbanas em revestimento primário.

- Nos quantitativos da DMT considerar somente o percurso de IDA entre a origem e o destino.

#### **Crerérios de aferição:**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



- Produtividade Horária calculada pela fórmula  $PH = (C \cdot FTT) / (2 \cdot X / V)$ , onde:
- $PH$  = Produtividade horária, 120 M<sup>3</sup>/h;
- $C$  = Capacidade da caçamba, considerado 16 M<sup>3</sup>;
- $FTT$  = Fator de tempo de trabalho, considerado 0,80;
- $X$  = distância em km, considerado 1 km;
- $V$  = velocidade de transporte, considerado 30km/h.
- A velocidade adotada corresponde à mediana entre as velocidades que possuem um DMT entre 6 e 10km;
- A parcela correspondente à carga, descarga e manobras devem ser consideradas nas composições de escavação.
- Não foi considerado eventuais custos de pedágio em rodovias concessionadas;
- Foram separados o tempo produtivo (CHP) e o tempo improdutivo (CHI) do equipamento de acordo com o Fator de Tempo de Trabalho (FTT) de 80%, da seguinte forma:
- CHP: tempo de ida e volta do transporte, com motor ligado.
- CHI: demais tempos da jornada de trabalho.

**Execução:**

- Não se aplica (segundo caderno Técnico de Composições para Transporte com Caminhão Basculante – Lote 3).

**Critério de Medição e Pagamento**

A medição será em txKm de serviço executado.

**2.3. EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB-BASE COM SOLO ESTABILIZADO GRANULOMETRICAMENTE – EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE SOLO**

**Itens e suas características**

- Servente: empregado que auxilia os operários dos equipamentos na execução do serviço.
- Motoniveladora: equipamento utilizado para espalhar e nivelar o material utilizado para execução do serviço.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



- Trator de pneus: equipamento utilizado em conjunto com a grade disco com a finalidade de misturar materiais e/ ou revolver o solo com a finalidade de atender a umidade ótima de compactação.
- Grade de disco: equipamento utilizado em conjunto com o trator de pneus, formado por um conjunto de discos de aço que revolvem o solo.
- Caminhão pipa: equipamento utilizado para umidificar o solo visando atender a umidade ótima para a compactação.
- Rolo pé de carneiro: equipamento utilizado para compactar o material empregado no serviço.
- Rolo de pneus: equipamento utilizado para compactar o material empregado no serviço.

### **Execução**

- A camada sob a qual irá se executar a base ou sub-base de solo-cimento deve estar totalmente concluída, limpa, desempenada e sem excessos de umidade.
- O solo é transportado entre a jazida e a frente de serviço através de caminhões basculantes que o despejam no local de execução do serviço (o transporte não está incluso na composição).
- A motoniveladora percorre todo o trecho espalhando e nivelando o material até atingir a espessura da camada prevista em projeto.
- Caso o teor de umidade se apresente abaixo do limite especificado em projeto, procede-se com o umedecimento da camada através do caminhão pipa.
- Caso o teor de umidade se apresente acima do limite especificado em projeto, procede-se com a aeração da camada através do trator agrícola com grade de discos.
- Com o material dentro do teor de umidade especificado em projeto, executa-se a compactação da camada utilizando-se rolo compactador pé de carneiro, na quantidade de fechas prevista em projeto, a fim de atender as exigências de compactação.
- Posterior à compactação procede-se com os ensaios do grau de compactação (não inclusos na composição).

### **Critério de Medição e Pagamento**

A medição será em metro cúbico (m³) de serviço executado.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



### **3. DRENAGEM**

#### **3.1. GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM DE ALTURA**

Execução do alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha. Regularização do solo natural e execução da base de assentamento em areia. Execução das guias e sarjetas com máquina extrusora. Execução das juntas de dilatação. Acabamento e molhamento da superfície durante o período de cura do concreto.

A medição será por metro (m).

### **4. PAVIMENTAÇÃO**

#### **4.1. EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25X 25 CM, ESPESSURA 10 CM. AF\_12/2015**

##### **Itens e suas características:**

- Calceteiro: profissional que executa as atividades para a construção do pavimento intertravado, tais como: lançamento, espalhamento, e nivelamento da camada de assentamento; assentamento, arremate, rejuntamento e compactação dos blocos de concreto para pavimentação.
- Servente: profissional que auxilia o calceteiro com as atividades para a execução do pavimento intertravado.
- Placa vibratória reversível: equipamento utilizado para a compactação dos blocos de concreto para pavimentação.
- Cortadora de piso: equipamento utilizado para cortar os blocos de concreto, fazer os ajustes e os arremates de canto.
- Areia: utilizada na execução da camada de assentamento seguindo as especificações da norma quanto à granulometria do material.
- Pó de pedra: utilizado no rejunte dos blocos seguindo as especificações da norma quanto à granulometria do material.
- Bloco para pavimentação: bloco de concreto nas especificações conforme descrito na composição, utilizado na camada de assentamento e constitui o leito transitável do pavimento.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



**Equipamentos:**

- Placa vibratória reversível e cortadora de piso.

**Critério para quantificação dos serviços:**

- Utilizar a área total do pavimento com bloco sextavado de 25 x 25 x 10 cm e camada de assentamento em areia de 5 cm.

**Critério de aferição:**

- Para o levantamento dos índices de produtividade foram considerados os calceteiros e os serventes que auxiliavam diretamente nos serviços de execução.
- Para as composições de pavimentos intertravados foram definidas as seções tipo para os locais de assentamento da seguinte forma:
  - Passeios: largura de 2,0 metros e comprimento de 50,0 metros
  - Vias: largura de 8,0 metros e comprimento de 50 metros
  - Pátios/Estacionamentos: largura de 50,0 metros e comprimento de 50,0 metros
- As produtividades desta composição não contemplam as atividades de preparo da base, ou base e sub-base e plantio de grama. Para tais atividades, utilizar composição específica de cada serviço.
- O esforço necessário para umidificar a areia, a fim de atender as exigências normativas para o material de assentamento, não está contemplado na composição.
- Foram separados os tempos produtivos (CHP) e os tempos improdutivos (CHI) dos equipamentos da seguinte forma:
  - CHP: considera os tempos em que o equipamento está em uso, ou seja:
  - Placa vibratória: tempo em que o equipamento está executando a compactação dos blocos;
  - Cortadora de piso: tempo em que o equipamento está em uso para corte dos blocos de concreto para pavimentação;
  - CHI: considera os demais tempos da jornada de trabalho em que o equipamento não está em uso.

**Execução:**

- Após a execução e aprovação dos serviços de preparo da base, ou subbase e base (atividades não contempladas nesta composição), inicia-se a execução





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



do pavimento intertravado com a camada de assentamento, que é feita pelas seguintes atividades sequencialmente:

- Lançamento e espalhamento da areia na área do pavimento;
- Execução das mestras paralelamente a contenção principal nivelando-as na espessura da camada conforme especificação de projeto;
- Nivelamento do material da camada de assentamento com régua metálica;

Terminada a camada de assentamento na sequência dá-se início a camada de revestimento que é formada pelas seguintes atividades:

- Marcação para o assentamento, feito por linhas-guia ao longo da frente de serviço;
- Assentamento das peças de concreto conforme o padrão definido no projeto;
- Ajustes e arremates do canto com a colocação de blocos cortados;
- Rejuntamento, utilizando pó de pedra;
- Compactação final que proporciona o acomodamento das peças na camada de assentamento.

**Informações complementares:**

- Para a camada de assentamento e para o rejunte dos blocos de concreto para pavimentação, pode ser utilizada tanto a areia quanto o pó de pedra.

A medição será por metro quadrado (m<sup>2</sup>) de serviço executado.

## **5. SINALIZAÇÃO**

### **5.1. PLACA DE SINALIZAÇÃO REFLETIVA H=2,00 M**

As películas são utilizadas para a confecção de símbolos; legendas, letras, números, tarjas e fundo das placas instaladas nos lados ou sobre a via, que têm como finalidade regulamentar o uso, advertir sobre perigos potenciais e orientar os usuários durante o seu deslocamento em uma via. Esta comunicação é feita por mensagens padronizadas quanto a sua forma, tamanho e cores, de modo a permitir uma compreensão fácil e rápida pelos motoristas e demais usuários da via.

As películas devem ser resistentes às intempéries e devem possuir no verso adesivo, sensível à pressão, protegido por filme siliconizado, de fácil remoção e devem atender a todos os parâmetros apresentados na NBR 14644.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



As películas retro-refletivas tipo I são constituídas, tipicamente, por lentes microesféricas, agregadas a uma resina sintética, espalhada por filme metalizado e recobertas por plástico transparente e flexível, resultando em uma superfície lisa e plana, permitindo, apresentar a mesma cor, quer durante o dia, quer à noite, quando observadas à luz dos faróis dos veículos.

São utilizadas, normalmente, nas cores branca, amarela, verde, vermelha, azul, laranja e marrom, conforme previsto em projeto de sinalização.

Todos os suportes de sustentação das placas devem ser galvanizados por imersão à quente para proteção contra corrosão.

A zincagem das peças laminadas ou dobradas deve proporcionar uma camada de zinco de espessura mínima de 50 micra, correspondendo aproximadamente a deposição mínima de 350 gramas de zinco por metro quadrado de superfície zincada.

A zincagem dos parafusos, porcas e arruelas devem proporcionar uma camada de zinco de espessura mínima de 30 micra, correspondendo aproximadamente à deposição mínima de 200 gramas de zinco por metro quadrado de superfície zincada.

A fundação deverá ser em bloco de concreto conforme detalhamento em projetos de sinalização.

Os materiais devem estar protegidos contra ações externas, galvanizadas por imersão à quente, de acordo com a NBR 6323.

**Critério de Medição e Pagamento**

A medição será em unidade (und) de serviço executado.

ANA  
PRISCILA  
DE  
ALMEIDA  
AMIN:775  
70235215

Assinado de  
forma  
digital por  
ANA  
PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570  
235215



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS



|                                    |        |  |   |       |                 |                |  |                  |         |
|------------------------------------|--------|--|---|-------|-----------------|----------------|--|------------------|---------|
| PROPOSTA:                          |        |  |   |       | MUNICÍPIO/UF:   |                | MAGALHÃES BARATA - PA  |                  |         |
| PROCESSO:                          |        |  |   |       | RESP. TÉCNICO:  |                |  |                  |         |
| CONCEDENTE:                        |        |  |   |       | REGISTRO PROF.: |                |  |                  |         |
| PROponente:                        |        | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA   |   |       | BDI (%):        |                | 29,77%   |                  |         |
| ENDEREÇO OBRA:                     |        | BAIRRO CENTRO  |   |       | BASE DE DADOS:  |                | SINAPI - Setembro/2023 - Desonerado<br>SEDOP - Outubro/2023 - Desonerado |                  |         |
| OBJETO:                            |        | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA |   |       |                 |                |  |                  |         |
| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - DESONERADA |        |  |   |       |                 |                |  |                  |         |
| Referência                         | Código | Item   | Discriminação   | Unid. | Quant.          | R\$ Unit.S/BDI | R\$ Unit.C/BDI   | TOTAL C/ BDI R\$ | %       |
|                                    |        | 1  | SERVIÇOS PRELIMINARES   |       |                 |                |  | R\$ 19.127,05    | 3,83%   |
| SEDOP                              | 11340  | 1.1  | Placa da obra em lona   | m²    | 6,00            | R\$ 181,18     | R\$ 235,12   | R\$ 1.410,72     | 0,28%   |
| SINAPI                             | 99064  | 1.2  | Locação de pavimentação   | m     | 530,37          | R\$ 0,47       | R\$ 0,61   | R\$ 323,53       | 0,06%   |
| SEDOP                              | 10000  | 1.3  | Licenças e taxas da obra (acima de 500m2)   | CJ    | 1,00            | R\$ 13.402,79  | R\$ 17.392,80  | R\$ 17.392,80    | 3,48%   |
|                                    |        | 2  | PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO  |       |                 |                |  | R\$ 480.872,95   | 96,17%  |
|                                    |        | 2.1  | SUB-BASE  |       |                 |                |  |                  |         |
| SINAPI                             | 101117 | 2.1.1  | Escavação horizontal em solo de 1A categoria com trator de esteiras (347HP/lamina: 8,70 m³)   | m³    | 318,22          | R\$ 3,08       | R\$ 4,00   | R\$ 1.272,88     | 0,25%   |
| SINAPI                             | 93589  | 2.1.2  | Transporte com caminhão basculante de 10m³, em via urbana em revestimento primário (unidade: M3XKM)   | m3xkm | 1.591,10        | R\$ 2,75       | R\$ 3,57   | R\$ 5.680,23     | 1,14%   |
| SINAPI                             | 101767 | 2.1.3  | Execução e compactação de base e ou sub-base para pavimentação de solos estabilizados granulometricamente com mistura de solos em pista - exclusive solo, escavação, carga e transporte | m³    | 318,22          | R\$ 27,58      | R\$ 35,79  | R\$ 11.389,09    | 2,28%   |
|                                    |        | 2.2  | DRENAGEM SUPERFICIAL  |       |                 |                |  |                  |         |
| SINAPI                             | 94267  | 2.2.1  | Guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora, 45 cm base (15 cm base da guia + 30 cm base da sarjeta) x 22 cm de altura               | m     | 1.060,74        | R\$ 63,63      | R\$ 82,57  | R\$ 87.585,30    | 17,52%  |
|                                    |        | 2.3  | PAVIMENTAÇÃO  |       |                 |                |  |                  |         |
| SINAPI                             | 92395  | 2.3.1  | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25X 25 CM, ESPESSURA 10 CM. AF 12/2015   | m²    | 2.943,55        | R\$ 97,63      | R\$ 126,69   | R\$ 372.918,35   | 74,58%  |
|                                    |        | 2.4  | SINALIZAÇÃO   |       |                 |                |  |                  |         |
| PRÓPRIO                            | CPU 02 | 2.4.1  | PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM - INCLUSIVE SUPORTE DE FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO   | und   | 5,00            | R\$ 312,41     | R\$ 405,41   | R\$ 2.027,10     | 0,41%   |
| TOTAL DO ORÇAMENTO                 |        |  |   |       |                 |                |  | R\$ 500.000,00   | 100,00% |

ANA  
PRISCILA  
DE  
ALMEIDA  
AMIN:775 AMIN:77570  
70235215 235215

Assinado de  
forma digital  
por ANA  
PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:775 AMIN:77570  
70235215 235215



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS



|                                    |  |                 |                                     |
|------------------------------------|--|-----------------|-------------------------------------|
|                                    |  |                 |                                     |
| PROPOSTA:                          |  | MUNICÍPIO/UF:   | MAGALHÃES BARATA - PA               |
| PROCESSO:                          |  | RESP. TÉCNICO:  |                                     |
| CONCEDENTE:                        |  | REGISTRO PROF.: |                                     |
| PROPONENTE:                        | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA   | BDI (%):        | 29,77%                              |
| OBJETO:                            | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA | BASE DE DADOS:  | SINAPI - Setembro/2023 - Desonerado |
|                                    |  |                 | SEDOP - Outubro/2023 - Desonerado   |
| ENDEREÇO OBRA:                     |  |                 |                                     |
| COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO (CPU) |  |                 |                                     |

| CPU 02  |        |  |     |         |                |             |
|---|--------|--|-----|---------|----------------|-------------|
| PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM - INCLUSIVE SUPORTE DE FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO |        |  |     |         |                | UND         |
| FONTE   | CÓDIGO | DESCRIÇÃO  | UND | QUANT.  | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| SINAPI  | 93358  | ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016  | M³  | 0,09    | R\$ 76,03      | R\$ 6,84    |
| SINAPI  | 95241  | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016                                   | M²  | 0,09    | R\$ 36,70      | R\$ 3,30    |
| SINAPI  | 102487 | CONCRETO CICLOPICO FCK=10MPA 30% PEDRA DE MAO INCLUSIVE LANCAMENTO   | M³  | 0,068   | R\$ 713,76     | R\$ 48,54   |
| SEDOP   | D00467 | PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINOSCENTE  | UND | 1,00    | R\$ 40,30      | R\$ 40,30   |
| I - SINAPI  | 21013  | TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 50 MM ( 2"), E = 3,00 MM, *4,40*KG/M (NBR 5580)                        | M   | 3,50    | R\$ 52,73      | R\$ 184,56  |
| I - SINAPI  | 11026  | CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 14, E = 1,95 MM (15,60 KG/M2) - Fixação da placa com o tubo de aço galvanizado.      | KG  | 0,234   | R\$ 11,41      | R\$ 2,67    |
| I - SINAPI  | 13246  | PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE. | UND | 4,00    | R\$ 0,54       | R\$ 2,16    |
| SINAPI  | 88317  | SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   | H   | 0,97580 | R\$ 24,64      | R\$ 24,04   |
| TOTAL   |        |  |     |         |                | R\$ 312,41  |

ANA PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570235215  
Assinado de forma  
digital por ANA  
PRISCILA DE ALMEIDA  
AMIN:77570235215



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS



|                    |  |                 |                                     |
|--------------------|--|-----------------|-------------------------------------|
|                    |  |                 |                                     |
| PROPOSTA:          |  | MUNICÍPIO/UF:   | MÃE DO RIO                          |
| PROCESSO:          |  | RESP. TÉCNICO:  |                                     |
| CONCEDENTE:        | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA   | REGISTRO PROF.: |                                     |
| PROPONENTE:        |  | BDI (%):        | 29,80%                              |
| ENDEREÇO OBRA:     |  | BASE DE DADOS:  | SINAPI - Setembro/2023 - Desonerado |
|                    |  |                 | SEDOP - Outubro/2023 - Desonerado   |
| OBJETO:            | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA |                 |                                     |
| MEMÓRIA DE CALCULO |  |                 |                                     |

2 PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO

2.1 SUB-BASE

2.1.1 Escavação horizontal em solo de 1A categoria com trator de esteiras (347HP/lamina: 8,70 m³)

Obs: O revestimento primário será aplicado na largura da via + meio-fio e sarjeta = 6,00

Comprimento Total da Via = 228,87  
Comprimento Total da Via = 144,74  
Comprimento Total da Via = 145,76  
Comprimento Total da Via = 11,00  
Comprimento Total da Via =  
Comprimento Total da Via =  
Comprimento Total da Via =  
Comprimento Total da Via =

|                |             |   |         |   |           |   |        |
|----------------|-------------|---|---------|---|-----------|---|--------|
|                | Comprimento |   | Largura |   | Espessura |   | Volume |
| Total Volume = | 530,37      | x | 6,00    | x | 0,1       | = | 318,22 |

**TOTAL = 318,22 m³**

2.1.2 Transporte com caminhão basculante de 10m³, em via urbana em revestimento primário (unidade: M3XKM)

Considerar Volume Total da escavação e carga do material de jazida x DMT x Empolamento

|         |        |   |      |   |             |   |          |
|---------|--------|---|------|---|-------------|---|----------|
|         | Volume |   | DMT  |   | Empolamento |   | m³ x km  |
| Transp= | 318,22 | x | 4,00 | x | 25%         | = | 1.591,10 |

**TOTAL = 1.591,10 m³ x km**

Execução e compactação de base e ou sub-base para pavimentação de solos estabilizados granulometricamente com mistura de solos em pista - exclusive solo, escavação, carga e transporte

2.1.3

Idem ao item:

2.1.1 Escavação horizontal em solo de 1A categoria com trator de esteiras (347HP/lamina: 8,70 m³)

**TOTAL = 318,22 m³**

2.2 DRENAGEM SUPERFICIAL

End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000

CNPJ. 05.171.947/0001-89

E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS



|                    |  |                 |                                     |
|--------------------|--|-----------------|-------------------------------------|
|                    |  |                 |                                     |
| PROPOSTA:          |  | MUNICÍPIO/UF:   | MÃE DO RIO                          |
| PROCESSO:          |  | RESP. TÉCNICO:  |                                     |
| CONCEDENTE:        | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA   | REGISTRO PROF.: |                                     |
| PROPONENTE:        |  | BDI (%):        | 29,80%                              |
| ENDEREÇO OBRA:     |  | BASE DE DADOS:  | SINAPI - Setembro/2023 - Desonerado |
|                    |  |                 | SEDOP - Outubro/2023 - Desonerado   |
| OBJETO:            | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA |                 |                                     |
| MEMÓRIA DE CALCULO |  |                 |                                     |

- 2.2.1 Guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora, 45 cm base (15 cm base da guia + 30 cm base da sarjeta) x 22 cm de altura

Comprimento da Via x 2

Comprimento da via = 457,74  
Comprimento da via = 289,48  
Comprimento da via = 291,52  
Comprimento da via = 22,00

**TOTAL = 1.060,74 m**

2.3 PAVIMENTAÇÃO

- 2.3.1 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25X 25 CM, ESPESSURA 10 CM. AF\_12/2015

Considerar toda a área da pista de rolamento x a espessura  
Largura da Pista = 5,55 m

Comprimento das Vias      Largura da  
530,37      x      pista de rolamento      5,55      =      2.943,55

**TOTAL = 2.943,55 m²**

2.4 SINALIZAÇÃO

- 2.4.1 PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM - INCLUSIVE SUPORTE DE FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO

**TOTAL = 5,00 und**

ANA PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570235215

Assinado de forma  
digital por ANA  
PRISCILA DE ALMEIDA  
AMIN:77570235215



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



**Proponente:** 0

**Objeto:** PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA

**Município/UF:** MAGALHÃES BARATA - PA

**Responsável**

**Técnico:**

| COMPOSIÇÃO BDI - DESONERADO   |  |        |
|---|--|--------|
| Item  | Parcela do BDI   |        |
| 1   | AC = Taxa de Administração Central                     | 3,80%  |
| 2   | S e G = Taxas de Seguro e Garantia                     | 0,32%  |
| 3   | R = Taxa de Risco                                      | 0,50%  |
| 4   | DF = Taxa de Despesas Financeiras                      | 1,02%  |
| 5   | L = Taxa de Lucro / Remuneração                        | 6,64%  |
| 6   | I = Taxa de incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS) | 13,15% |
| Item  | Impostos   |        |
| 6.1   | ISS  | 5,00%  |
| 6.2   | PIS  | 0,65%  |
| 6.3   | COFINS   | 3,00%  |
| 6.4   | CPRB   | 4,50%  |
| Total Impostos =  |  | 13,15% |
| Fórmula para o cálculo de BDI   |  |        |
| $BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$   |  | 29,77% |
| <b>Notas:</b>   |  |        |
| 1) Alíquota de ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço.  |  |        |
| 2) Alíquota máxima de PIS é de até 1,65% conforme Lei nº10.637/02 em consonância com o Regime de Tributação da Empresa  |  |        |
| 3) Alíquota máxima de COFINS é de 3% conforme inciso XX do art. 10 da Lei nº10.833/03.  |  |        |
| 4) Os percentuais dos itens que compõem analiticamente o BDI são os limites referenciais máximos adotados pela Administração consoante com o art.40 inciso X da Lei 8.666/93.   |  |        |
| 5) Antes da aplicação do BDI (Teto Empresa de Lucros Real) os insumos constantes do art.3º da Lei nº10.637/02 deverão sofrer redução de 1,65%, após 31/12/2008, reduzir também do insumo o percentual de 7,6% da COFINS conforme art. 3º da Lei nº10.833/03 combinado com o inciso XX do art.10 da mesma Lei. |  |        |
| Obs. Adequado ao Acórdão 2622/2013 do TCU   |  |        |
| Obs.: O regime de Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta adotado para elaboração deste Orçamento foi Com Desoneração, portanto foi considerado no cálculo do BDI o percentual de 4,5% (CPRB).  |  |        |

**End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000**  
**CNPJ. 05.171.947/0001-89**  
**E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com**

ANA PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570235215  
Assinado de forma  
digital por ANA  
PRISCILA DE ALMEIDA  
AMIN:77570235215





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



|                                       |  |                        |                              |                                     |            |            |            |                   |                |
|---------------------------------------|--|------------------------|------------------------------|-------------------------------------|------------|------------|------------|-------------------|----------------|
| <b>PROPOSTA:</b>                      |  | <b>MUNICÍPIO/UF:</b>   | <b>MAGALHÃES BARATA - PA</b> |                                     |            |            |            |                   |                |
| <b>PROCESSO:</b>                      |  | <b>RESP. TÉCNICO:</b>  |                              |                                     |            |            |            |                   |                |
| <b>CONCEDENTE:</b>                    |  | <b>REGISTRO PROF.:</b> |                              |                                     |            |            |            |                   |                |
| <b>PROPONENTE:</b>                    | 0  | <b>BDI (%):</b>        | <b>29,77%</b>                |                                     |            |            |            |                   |                |
| <b>OBJETO:</b>                        | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA |                        | <b>BASE DE DADOS:</b>        | SINAPI - Setembro/2023 - Desonerado |            |            |            |                   |                |
|                                       |  |                        |                              | SEDOP - Outubro/2023 - Desonerado   |            |            |            |                   |                |
| <b>ENDEREÇO OBRA:</b>                 |  |                        |                              |                                     |            |            |            |                   |                |
| <b>CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO</b> |  |                        |                              |                                     |            |            |            |                   |                |
| <b>ITEM</b>                           | <b>SERVIÇOS</b>  | <b>MÊS</b>             |                              |                                     |            |            |            | <b>VALOR</b>      | <b>%</b>       |
|                                       |  | <b>30</b>              | <b>60</b>                    | <b>90</b>                           | <b>120</b> | <b>150</b> | <b>180</b> |                   |                |
| <b>1</b>                              | <b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>   | 100,00%                |                              |                                     |            |            |            | 19.127,05         | 3,83%          |
|                                       |  | 19.127,05              |                              |                                     |            |            |            |                   |                |
| <b>2</b>                              | <b>PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO</b>  |                        | 20,00%                       | 20,00%                              | 20,00%     | 20,00%     | 20,00%     | 480.872,95        | 96,17%         |
|                                       |  |                        | 96.174,59                    | 96.174,59                           | 96.174,59  | 96.174,59  | 96.174,59  |                   |                |
| <b>TOTAL PARCIAL</b>                  |  | 19.127,05              | 96.174,59                    | 96.174,59                           | 96.174,59  | 96.174,59  | 96.174,59  | <b>500.000,00</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>TOTAL PARCIAL</b>                  |  | 3,83%                  | 19,23%                       | 19,23%                              | 19,23%     | 19,23%     | 19,23%     |                   |                |
| <b>TOTAL ACUMULADO</b>                |  | 3,83%                  | 23,06%                       | 42,30%                              | 61,53%     | 80,77%     | 100,00%    |                   |                |

ANA  
PRISCILA  
DE  
ALMEIDA  
AMIN:775  
70235215

Assinado de  
forma  
digital por  
ANA  
PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570  
235215

**End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000**  
**CNPJ. 05.171.947/0001-89**  
**E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS



|                    |  |                 |                                     |
|--------------------|--|-----------------|-------------------------------------|
|                    |  |                 |                                     |
| PROPOSTA:          |  | MUNICÍPIO/UF:   | MAGALHÃES BARATA - PA               |
| PROCESSO:          |  | RESP. TÉCNICO:  |                                     |
| CONCEDENTE:        | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA   | REGISTRO PROF.: |                                     |
| PROPONENTE:        | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA   | BDI (%):        | 29,77%                              |
| ENDEREÇO OBRA:     |  | BASE DE DADOS:  | SINAPI - Setembro/2023 - Desonerado |
|                    |  |                 | SEDOP - Outubro/2023 - Desonerado   |
| OBJETO:            | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA |                 |                                     |
| MEMÓRIA DE CALCULO |  |                 |                                     |

DADOS DE ENTRADA

BAIRRO: CENTRO

| DIMENSÕES |                      |         |                          |        |        |      |             |        |
|-----------|----------------------|---------|--------------------------|--------|--------|------|-------------|--------|
| BAIRRO    | Rua                  |         | Comprimento              |        |        |      | Largura Via | Área   |
|           |                      | Estacas | Estaqueamento (est. + m) |        | m      | km   | m           | m²     |
| CENTRO    | Comprimento da Via 1 | 0 a 7   | 7                        | 3,040  | 143,04 | 0,14 | 6,00        | 858,24 |
|           |                      | 7 a 11  | 4                        | 5,830  | 85,83  | 0,09 | 6,00        | 514,98 |
|           | Comprimento da Via 2 | 0 a 7   | 7                        | 4,740  | 144,74 | 0,14 | 6,00        | 868,44 |
|           | Comprimento da Via 3 | 0 a 7   | 7                        | 5,760  | 145,76 | 0,15 | 6,00        | 874,56 |
|           | Comprimento da Via 4 |         |                          | 11,000 | 11,00  | 0,01 | 6,00        | 66,00  |
| TOTAL     |                      |         |                          | 530,37 | 0,53   | -    | 3.182,22    |        |

Distância Média de Transporte (DMT)

| BAIRRO | Rua                  | Jazida | Bota-fora |
|--------|----------------------|--------|-----------|
|        |                      | km     | km        |
| CENTRO | Comprimento da Via 1 | 4,00   | 2,00      |
|        | Comprimento da Via 2 |        |           |
|        | Comprimento da Via 3 |        |           |
|        | Comprimento da Via 4 |        |           |

QUADRO DE VOLUMES

| ATERRO |                      |        |          |        |
|--------|----------------------|--------|----------|--------|
| BAIRRO | Rua                  | Altura | Área     | Total  |
|        |                      | m      | m²       | m³     |
| CENTRO | Comprimento da Via 1 | 0,10   | 1.373,22 | 137,32 |
|        | Comprimento da Via 2 | 0,10   | 868,44   | 86,84  |
|        | Comprimento da Via 3 | 0,10   | 874,56   | 87,46  |
|        | Comprimento da Via 4 | 0,10   | 66,00    | 6,60   |
| TOTAL  |                      | -      | -        | 318,22 |

Drenagem - Sarjeta e Meio-fio

| TRECHOS RETOS |                      |              |         |        |
|---------------|----------------------|--------------|---------|--------|
| BAIRRO        | Rua                  | Comprimento  | Largura | Área   |
|               |                      | x2 lados (m) | m       | m²     |
| CENTRO        | Comprimento da Via 1 | 457,74       | 0,45    | 205,98 |
|               | Comprimento da Via 2 | 289,48       | 0,45    | 130,27 |
|               | Comprimento da Via 3 | 291,52       | 0,45    | 131,18 |
|               | Comprimento da Via 4 | 22,00        | 0,45    | 9,90   |
| TOTAL         |                      | 1.060,74     | -       | 477,33 |

Obs.: Comprimentos conforme tabela em Planta baixa

End.: Rua Lauro Sodré, s/n - Centro - CEP: 68.722-000  
CNPJ: 05.171.947/0001-89  
E-mail: pmagalhaesbarata@gmail.com

ANA  
PRISCILA  
DE  
ALMEIDA  
AMIN:775  
70235215

Assinado de  
forma  
digital por  
ANA  
PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570  
235215



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA**  
**CNPJ: 05.171.947/0001-89**  
**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONVÊNIOS**



|                    |  |                 |                                     |
|--------------------|--|-----------------|-------------------------------------|
|                    |  |                 |                                     |
| PROPOSTA:          |  | MUNICÍPIO/UF:   | MAGALHÃES BARATA-PA                 |
| PROCESSO:          |  | RESP. TÉCNICO:  |                                     |
| CONCEDENTE:        |  | REGISTRO PROF.: |                                     |
| PROPONENTE:        | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA   | BDI (%):        | 29,77%                              |
| ENDEREÇO OBRA:     |  | BASE DE DADOS:  | SINAPI - Setembro/2023 - Desonerado |
|                    |  |                 | SEDOP - Outubro/2023 - Desonerado   |
| OBJETO:            | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PA |                 |                                     |
| MEMÓRIA DE CALCULO |  |                 |                                     |

**1 SERVIÇOS PRELIMINARES**

**1.1 Placa da obra em lona**

Foi considerado uma placa para cada Bairro

|    |       |             |      |   |         |
|----|-------|-------------|------|---|---------|
|    | Quant | comprimento |      |   | largura |
| L= | 1,00  | x           | 3,00 | x | 2,00    |

**TOTAL = 6,00 m²**

**1.2 Locação de pavimentação**

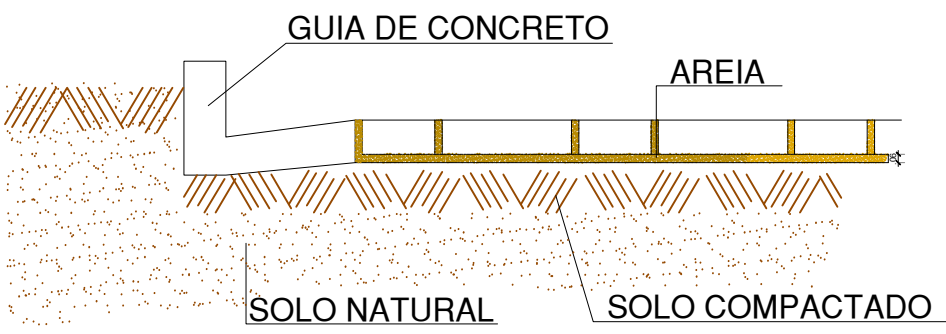
| BAIRRO: CENTRO       | COMPRIMENTO |
|----------------------|-------------|
| Comprimento da Via 1 | 228,87      |
| Comprimento da Via 2 | 144,74      |
| Comprimento da Via 3 | 145,76      |
| Comprimento da Via 4 | 11,00       |

**TOTAL = 530,37 m**

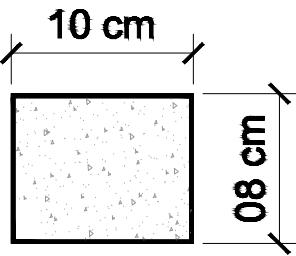
ANA PRISCILA DE  
ALMEIDA  
AMIN:77570235215  
Assinado de forma  
digital por ANA  
PRISCILA DE ALMEIDA  
AMIN:77570235215



CORTES ESQUEMÁTICOS  
S/ESCALA

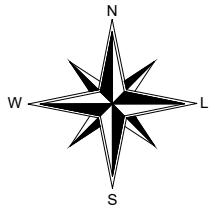
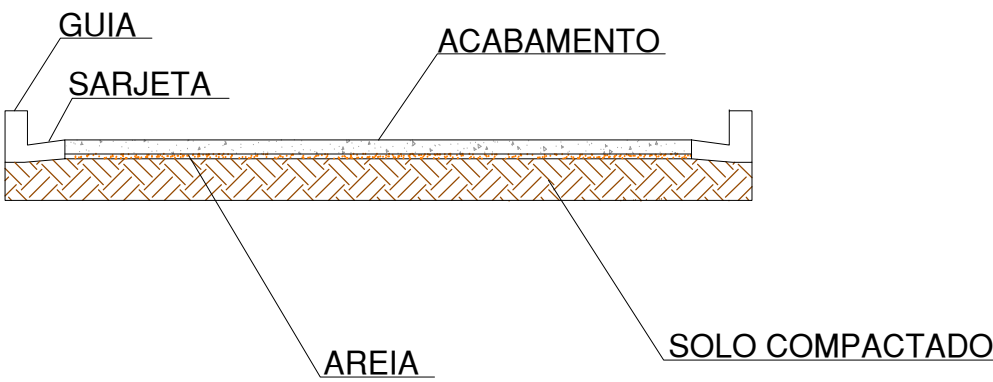
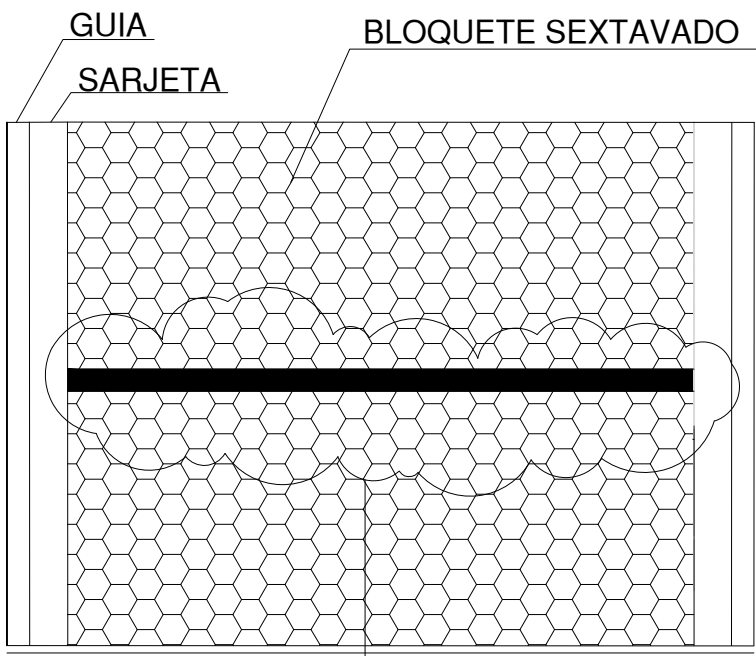


NOTA:  
QUANDO HOUVER JUNÇÃO ENTRE OS BLOQUETES,EXECUTAR ACABAMENTO EM CONCRETO FCK 15 MPa COM DIMENSÕES H=8CM E L=10CM, SEGUINDO A EXTENSÃO DA RUA, SENDO ESTE DE SARJETA A SARJETA.



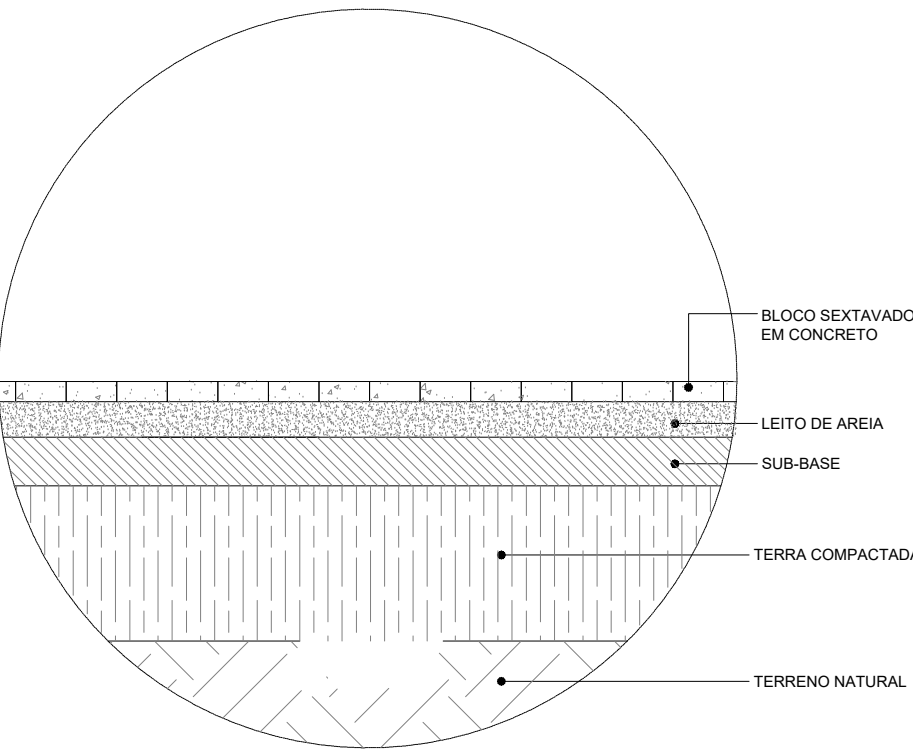
DETALHAMENTO COLOCAÇÃO DO PISO  
S/ESCALA

DESENHO DE REFERÊNCIA

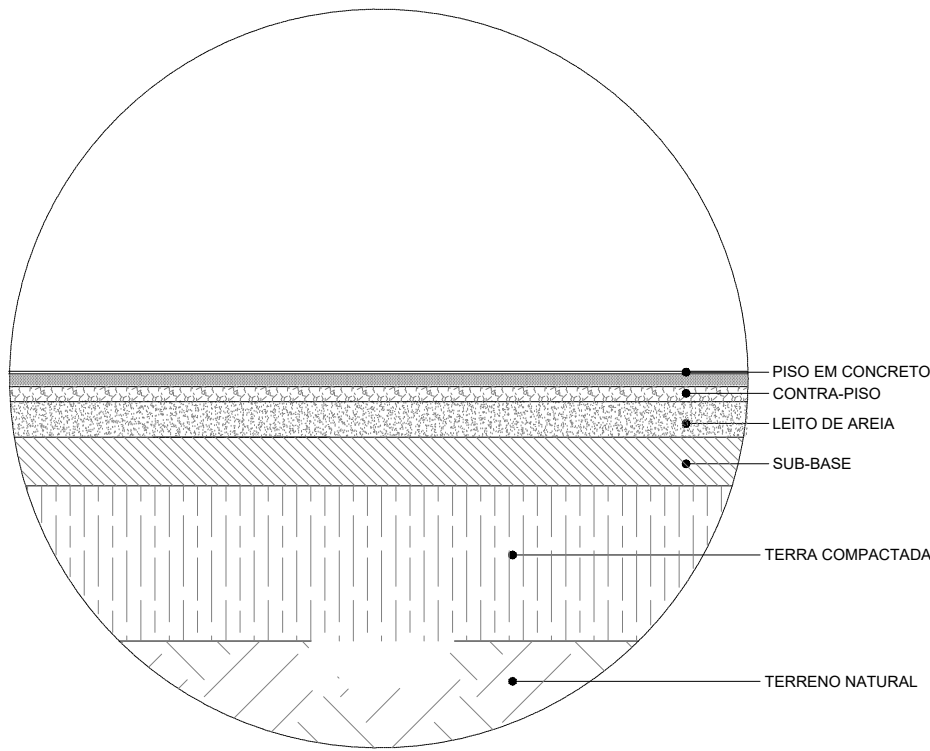


COORDENADAS GEOGRÁFICAS

RUA TRES = S0°47'01.40" W47°40'30.60"  
RUA JOÃO MONTEIRO = S0°44'32.85" W47°40'30.60"



DETALHE (PAVIMENTAÇÃO VIA)  
ESCALA 1/12.5



DETALHE (CALÇADA)  
ESCALA 1/12.5

NOTAS  
-Em todos os acessos existentes de veículos haverá rebaixamento do meio fio à altura de 5cm.  
- a drenagem será superficial, ver detalhe de sarjeta e meio-fio.  
- medidas em metros;  
- verificar detalhes construtivos pertinentes nas pranchas de detalhamento;  
- em caso de conflito de informações entre o projeto gráfico e o memorial descritivo, prevalece a informação contida nos desenhos;  
- alterações neste projeto somente com autorização expressa do autor;  
- lei de acessibilidade n° 13.146/2015.

REFERÊNCIAS:  
- planilha de quantitativos  
- memorial descritivo e especificações técnicas

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA

PROJETO: AROª ANA PRISCILA AMIN  
CAU- A244530-1/PA

|  |  |   |                  |   |  |
|--|--|---|------------------|---|--|
|   |  | <b>PREFEITURA MUNICIPAL<br/>DE MAGALHÃES BARATA</b> |                  |  |  |
| LOCAL: MAGALHÃES BARATA (PA)   |  | DATA: DEZ/2023                                      | ESCALA: INDICADA |   |  |
| ASSUNTO: PAVIMENTAÇÃO EM BLOKET DE VIAS URBANAS<br>NO MUNICIPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA |  | FRANCHA: 01/01                                      |                  |   |  |
| CONTEUDO: LOCALIZAÇÃO DOS TRECHOS  |  |   |                  |   |  |
| DESENHO CAD: ANA PRISCILA AMIN   |  |   |                  |   |  |